

Continuação das demonstrações contábeis

disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações até o seu lançamento final no corpo receptor.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são apresentadas de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes:

a) Aplicações Financeiras

Estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Contas a Receber de Clientes

Incluem os serviços faturados decorrentes do abastecimento de água e coleta de esgoto, ainda não recebidos e ou renegociados, com base no consumo medido ou estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, ajustadas por provisão constituída em montante suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de não realização.

c) Depósitos Judiciais

São registrados pelo valor original do depósito.

d) Estoques

O estoque de materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas é registrado ao custo médio de aquisição, inferior ao valor de mercado.

e) Imobilizado

Está registrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliação parcial dos bens. As depreciações são calculadas pelo método linear, a taxas variáveis de acordo com a vida útil estimada dos bens.

f) Investimentos

Os investimentos são avaliados ao custo da aquisição.

g) Juros e Encargos Financeiros

Os juros e encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado em construção ou produção, são devidamente capitalizados.

h) Diferido

Registrado pelos custos incorridos até a data do balanço, deduzidos de amortizações a razão de 20% a.a.

i) Imposto de Renda e Contribuição Social

Quando devidos, são registrados com base no lucro real tributável de acordo com a legislação fiscal vigente.

j) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os registros são efetuados pelos valores reais ou estimados e, quando aplicável, atualizados pro-rata-die de conformidade com os indicadores e índices pactuados.

k) Reserva de Reavaliação

É realizada na proporção da depreciação apurada dos ativos imobilizados reavaliados.

l) Despesas Capitalizáveis

Os gastos com pessoal envolvidos na execução e supervisão das obras em andamento, bem como gastos e despesas indiretas são apropriados mensalmente às obras em curso.

m) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

NOTA 4 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de usuários apresentam a seguinte situação em 31 de dezembro de 2007:

FAIXA DE IDADE	2007		2006	
	PARTICULAR	PÚBLICA	Total	Total
A vencer	10.224.199	1.607.566	11.831.765	10.433.961
Vencidas até 90 dias	35.844.097	1.261.317	37.105.414	32.359.798
Vencidas de 91 a 180 dias	12.796.744	805.428	13.602.172	14.578.461
Vencidas de 181 a 360 dias	24.451.706	1.233.954	25.685.660	27.765.891
Vencidas a mais de 360 dias	244.837.330	13.222.269	258.059.599	212.143.300
Sub-total	328.154.076	18.130.534	346.284.610	297.281.141
Perdas no Recebimento de Créditos	(282.085.781)	(15.261.651)	(297.347.432)	(254.487.382)
Sub-total	46.068.295	2.868.883	48.937.178	42.793.759
Parcelamento Longo Prazo	13.957.786	0	13.957.786	14.756.257
Total	60.026.081	2.868.883	62.894.964	57.550.016

A Companhia efetua análise e conciliação entre os saldos contábeis e os registros do Sistema Comercial, ocasião que a administração, baseada no resultado desse trabalho, determina a realização de ajustes que afetam o resultado do exercício.

No intuito de estimar o montante de constituição de provisão de perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no exercício, a Administração realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os valores vencidos, levando em consideração a expectativa de recuperação e a composição dos saldos a receber por idade de vencimento.

NOTA 5 – IMOBILIZADO

Descrição	2007	2006
Em Operação		
Sistema de Água	370.395.723	365.216.596
Sistema de Água - Reavaliado	462.969.901	466.254.797
Sistema de Esgoto	36.473.939	36.468.660
Sistema de Esgoto - Reavaliado	3.847.988	3.853.878
Bens de Uso Geral	32.605.195	31.029.103
Bens de Uso Geral - Reavaliado	11.045.529	13.824.230
Sub-total	917.338.276	916.647.285
Depreciação Acumulada - Sistema de Água	(171.449.401)	(161.574.587)
Depreciação Acumulada - Sistema de Esgoto	(1.886.117)	(1.255.819)
Depreciação Acumulada - B.U.G	(15.560.381)	(12.983.247)
Depreciação Acumulada - Reavaliação	(38.469.693)	(32.037.286)
Total em Operação	689.972.683	708.796.324
Em Construção		
Sistema de Água	118.978.331	97.765.528
Sistema de Esgoto	46.816.459	46.648.611
Bens de Uso Geral	2.900	2.900
Obras em Processo de Imobilização	360.000	873.000
Total em Construção	166.157.690	145.290.039
Total do Imobilizado	856.130.373	854.086.362

NOTA 6 – FINANCIAMENTOS

Os financiamentos obtidos junto ao consórcio de bancos liderados pelo Midland Bank PLC, tiveram por objetivo carrear recursos para o programa de Saneamento Básico do Governo do Estado do Pará e Prefeitura Municipal de Belém, garantidos por aval da República Federativa do Brasil cuja responsabilidade pelo pagamento é do Governo do Estado. A atualização monetária do valor principal e dos juros ocorre através da variação mensal da moeda norte-americana (dólar). Para a conversão do saldo em 31/12/2007, foi utilizada a cotação de US\$ 1,7713.

Moeda Estrangeira	2007	2006
Midland Bank PLC e bancos consorciados US\$ 46.019,068 de principal deduzidos de US\$ 7.889,048 de juros, transformados em BÔNUS emitidos pela União em 15 de abril de 1994, nos termos do acordo de Reestruturação da dívida de médio e longo prazo, autorizado pela Resolução nº 98, de 23 de dezembro de 1992, do Senado Federal, cujos pagamentos de juros e amortização estão sendo efetuados com recursos do Tesouro Estadual.	56.589.172	75.030.275
Moeda Nacional		
Banco do Brasil S/A Convolução de dívida por pagamento de parte dos encargos financeiros incidentes sobre financiamentos externos com prazo de 20 anos, com vencimento final em 31 de dezembro de 2009.	1.591.091	4.430.285
Total	58.180.263	79.460.560
Parcelas a Curto Prazo	6.572.387	9.235.629
Parcelas a Longo Prazo	52.643.306	70.224.931

NOTA 7 - RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS

As dívidas renegociadas apresentam a seguinte composição:

Descrição	2007	2006
Fornecedores e Prestadores de Serviços	3.254.485	3.415.855
Parcelamento Especial - RFB	19.689.141	20.584.675
Parcelamento Excepcional - PGFN	1.777.338	1.756.835
Parcelamento Excepcional - RFB	42.219.012	28.162.196
Parcelamento Excepcional - INSS	73.737.191	75.861.399
Total	140.677.167	129.780.960
Parcelas vencíveis a curto prazo	11.567.001	8.636.089
Parcelas vencíveis a longo prazo	129.110.166	121.144.871

Fornecedores e Prestadores de Serviços - A companhia tem adotado, junto aos seus principais fornecedores e prestadores de serviços, através de assinatura de contratos, o critério de renegociação de suas dívidas para atingir o equilíbrio econômico e financeiro.

Parcelamento Especial - A companhia mantém junto Receita Federal do Brasil Parcelamento Especial - PAES, aderido junto ao órgão em 2003 conforme Lei 10.684/03, referentes a débitos de tributos federais. Esse parcelamento encontra-se em fase final de consolidação para apurar definitivamente o montante devido.

Parcelamento Excepcional - No exercício de 2006 a companhia aderiu ao Parcelamento Excepcional - PAEX, instituído pela Medida Provisória 303/06, que trata do parcelamento de débitos de pessoas jurídicas junto a Secretaria da Receita Federal - SRF, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e Fundo Nacional de Desenvolvimento a Educação - FNDE, em 130 parcelas mensais e sucessivas (art. 1º MP 303/2006), corrigidas pela TJLP para os débitos com vencimento até 28 de fevereiro de 2003 (INSS, SRF), em 120 parcelas mensais e sucessivas (art. 8º MP 303/2006), corrigidas pela SELIC para os débitos com vencimento a partir de 01 de março de 2003 a 31 de dezembro de 2005, constituídos ou não, inscritos ou não na Dívida Ativa da União. As opções da companhia foram validadas após o pagamento da primeira parcela pelo valor mínimo. A Companhia aguarda a consolidação final dos débitos por parte da Secretaria da Receita Federal e Instituto Nacional de Seguro Social, para a certificação do montante devido.

NOTA 8 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIA

As provisões são constituídas com base nas informações apresentadas pela Assessoria Jurídica da Companhia. As questões trabalhistas são movidas, principalmente, por empregados e ex-empregados, reclamando principalmente hora extra fixa e outros benefícios.

As questões cíveis relacionam-se a pedidos de indenização por danos materiais causados a terceiros, ações movidas por fornecedores e prestadores de serviços e desapropriações.

Nesse exercício as provisões para contingências tiveram a seguinte movimentação:

Saldo em 31/12/2006	80.979.859
- Reversão de provisão	
- Trabalhistas	(4.249.558)
- Complemento de provisão	
- Cíveis	2.780.084
Saldo em 31/12/2007	79.510.385

NOTA 9 - CRÉDITOS DE ACIONISTAS PARA AUMENTO DE CAPITAL

Os recursos liberados pelo Governo do Estado do Pará, que se destinam à ampliação e melhorias dos setores de distribuição do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário serão capitalizados por decisão da Assembléia Geral Ordinária na proporção das obras pertinentes aos Projetos a serem ativadas pela Companhia.

Saldo em 31/12/2006	143.040.913
Recursos Recebidos no Exercício	72.184.475
Créditos Utilizados para Aumento de Capital (AGO)	(100.000.000)
Saldo em 31/12/2007	115.225.388

NOTA 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social da companhia está composto de 1.183.875.000 ações (1.083.875.000 em 2006), sendo 1.090.230.811 ordinárias (990.230.811 em 2006) e 93.644.189 preferenciais (93.644.188 em 2006).

Ações Preferenciais não dão direitos a votos, mas podem ser conversíveis em ações Ordinárias, com prioridade na percepção de dividendos mínimos de 6% a.a. e no reembolso de Capital, sem prêmio, no caso de liquidação da sociedade, e participam em igualdade de condições com as ações Ordinárias nas bonificações em novas ações da mesma classe, decorrentes da capitalização de lucros e reservas.

b) Reserva de Reavaliação

Está sendo realizada anualmente mediante a depreciação apurada sobre os bens reavaliados. Em 2007 foi realizada a importância de R\$ 4.279.234 (R\$ 5.154.382 em 2006).

NOTA 11 – SEGURO

A companhia adota política de manutenção de seguros em níveis adequados para os riscos envolvidos.

DIRETORIA

EDUARDO DE CASTRO RIBEIRO JUNIOR

Presidente

MARCIO GODOI SPINDOLA

Diretoria de Mercado

MAURÍCIO OTÁVIO DE ALMEIDA

Diretoria Financeira

HAROLDO MARTINS RAMOS

Diretoria de Operações

SERGIO ROBERTO RODRIGUES DE LA ROQUE

Diretoria de Gestão de Pessoas e Logística

HAROLDO TEIXEIRA DE ARAUJO

Diretoria de Tecnologia e Expansão

JOÃO SIMÕES DE CARVALHO NETO

Contador - CRC-PA-0112570-1

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores e Acionistas da

Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA

Belém – PA

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA, levantados para os exercícios findos 31 de dezembro de 2007 e 2006 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais sugerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. A Companhia não possui um sistema eficiente de transferência tempestiva das "Obras em Andamento" para "Bens em Operação", que permita a sua incorporação no Sistema Patrimonial quando concluídas. Dessa forma, os desgastes ocasionados pela sua utilização, a serem apurados através das respectivas taxas de depreciações, não estão sendo reconhecidos no resultado operacional da Companhia.

4. A Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 7, optou pelo parcelamento excepcional de dívidas com impostos e contribuições de acordo com as condições estabelecidas pela Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, cujo processo junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS ainda encontra-se em consolidação por parte daquele Instituto, o que poderá acarretar eventuais ajustes.

5. Em nossa opinião, sujeita aos efeitos que os comentários contidos nos itens 3 e 4, acima, possam ter sobre as demonstrações financeiras referidas no item 1, essas demonstrações representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA em 31 de dezembro de 2007 e 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu Patrimônio Líquido e as Origens e Aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6. A Companhia vem apresentando prejuízos nos últimos exercícios sociais, o que tem dificultado a manutenção de um adequado fluxo de caixa, além de impactar a sua situação de liquidez.

LOUDON BLOMQUIST

AUDITORES INDEPENDENTES

CRC-RJ-0064

Édio Paulo Brevilieri

Contador

CRC-DF-17619-S-PA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA, Eduardo José Monteiro da Costa, Maurício Otávio de Almeida e Ângelo Demétrius Albuquerque Carrascosa examinaram as Demonstrações Contábeis da Companhia, composta de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, já submetidas ao exame dos Auditores Independentes LOUDON BLOMQUIST, que emitiram parecer sobre as mesmas. Em nossa opinião, as citadas Demonstrações Financeiras a serem submetidas à Assembléia Geral Ordinária, consoante o exame por nós feito e baseado no Parecer dos Auditores Independentes, merecem aprovação.

Belém, 08 de abril de 2008.

EDUARDO JOSÉ MONTEIRO DA COSTA

Presidente do Conselho Fiscal

MAURÍCIO OTÁVIO DE ALMEIDA

Conselheiro Titular

ANGELO DEMETRIUS ALBUQUERQUE CARRASCOSA

Conselheiro Titular